

O RACISMO NÃO PASSARÁ

«Dividir para reinar» é uma expressão com séculos de existência e com variados e documentados usos ao longo da História. O racismo foi, e é, uma das mais disseminadas formas de escamotear profundas contradições existentes na sociedade, na tentativa de as encobrir e de enviesar a análise da própria realidade. Num momento onde, a nível internacional, as forças mais reacionárias levantam de novo a cabeça, ressurgem também as mais retrógradas concepções a ela iminentes.

Inicialmente, o racismo era apresentado como estando assente em considerações científicas que se propunham a demonstrar, de forma biológica, a supremacia do homem branco e europeu sobre os povos do resto do Mundo, que a dominação dos povos pelas potências europeias não era mais que a prova empírica deste papel paternalista e civilizador das nações superiores. A própria investigação científica não deixou lugar para dúvidas acerca da falsidade desta mesma concepção, demonstrando inclusive que as diferenças do genoma humano são maiores entre indivíduos, dentro do mesmo grupo étnico, do que entre grupos étnicos diferentes.

A Alemanha nazi socorria-se desta «argumentação» para colocar negros, povos africanos e asiáticos, e judeus como

sub-humanos (Untermensch), termo aliás originário dos Estados Unidos, que a Alemanha nazi utilizava como modelo e exemplo de uma sociedade racialmente segregada e com forte apoio dos grandes grupos económicos. Henry Ford era um grande defensor do anti-semitismo e desta mesma segregação, tendo recebido a Grã-Cruz da Ordem de Mérito da Águia Alemã, a maior condecoração concedida a estrangeiros, em 1938.

O próprio Winston Churchill defendeu abertamente pressupostos racistas e antissemitas como, por exemplo, sobre a autodeterminação palestina, à época uma colónia/protectorado britânica, comparando-a a um cão encarregue do próprio canil – e ele não reconhecia esse direito. «Eu não admito», continuou, «que um grande erro tenha sido cometido com os índios da América, ou os negros da Austrália... pelo facto da forte disputa, uma raça mais evoluída... tenha surgido e assumido o seu lugar». Em 1935, Churchill expressou a sua «admiração» por Hitler e «a coragem, a perseverança e a força vital que lhe permitiu [...] superar todas as [...] resistências no seu caminho».

Apesar de completamente ultrapassadas pela ciência, estas concepções continuam a marcar agendas partidárias e que não

hesitam a recorrer à mentira e deturpação, como foi exemplo da xenófoba campanha contra os ciganos, e que continuam a tentar ser aceites pelas populações, pois ainda servem o mesmo propósito «dividir para reinar».

Hoje assistimos a indivíduos e organizações, algumas com amplo tempo de antena na comunicação social, que socorrendo-se das legítimas críticas e problemas sentidos pelas populações as tentam desviar para ataques e preconceitos contra «os outros», «os de fora», «essa gente»...

Assistimos igualmente a situações de aberta violência racial, como foram exemplo as recentes situações na Amadora, em eventos desportivos, a presença de criminosos racistas em programas de ampla audiência e aberta promoção de ideais racistas por parte dos mesmos. É papel de todo o antifascista e democrata lutar para o desmascarar destas manobras de diversão e defender os valores de igualdade patentes no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa: 1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. 2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

O racismo não é uma opinião, é um crime, um atentado à democracia e à liberdade.

Francisco Canelas

11154 ASSINATURAS CONTRA O MUSEU SALAZAR - pág. 3

A petição da URAP foi entregue na Assembleia da República a 28 de Fevereiro com mais de 11154 assinaturas contra a instalação do Museu Salazar em Santa Comba Dão.

CNSPP FEZ 50 ANOS - págs. 6 e 7

FASCISMO ONTEM E HOJE - págs. 8 e 9

URAP DINAMIZA E PARTICIPA FASCISMO E RESISTÊNCIA EM ESCOLAS DE ALMADA

A convite da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, em Almada, a URAP conversou, dia 30 de Janeiro, com alunos do 12.º ano sobre o fim do Holocausto. Num ginásio cheio de jovens, lembrou-se o dia 27 de Janeiro de 1945, data que assinala a chegada e libertação do campo de extermínio nazi de Auschwitz - Birkenau pelo Exército Vermelho.

Depois das palavras da directora, Ana Pina, mostraram-se imagens da viagem realizada em 2012, no Comboio dos 1000, uma iniciativa conjunta da FIR, URAP, Instituto dos Veteranos da Bélgica e



Fundação Auschwitz, que juntou jovens de toda a Europa. As professoras Lurdes Cruz e Graça Vilhena, presentes na sessão, foram dinamizadoras deste evento e também participantes. Pela URAP esteve José Pedro Soares, que também seguiu no Comboio.

Alunos e professores da Escola António da Costa, em Almada, reuniram-se, dia 12 de Fevereiro, na biblioteca da escola com os dirigentes da URAP José Pedro Soares e Mário Araújo e também com António Redol, resistente antifascista e filho do escritor neo-realista Alves Redol.

ROTEIRO ANTIFASCISTA PROSSEGUE EM 2020



Durante o ano de 2020, a URAP vai prosseguir o Roteiro Antifascista por todo o País.

Nesse sentido, no dia 1 de Fevereiro, foi apresentada a 5.ª edição do livro *Forte de Peniche – Memória, Resistência e Luta*, num encontro com democratas na Brandoa, realizado no Centro de Trabalho do PCP, no qual foram oradores Vítor Dias, do Conselho Nacional da URAP e ex-preso político, José Coelho, do Conselho Nacional da URAP, e Pedro Pinheiro, do núcleo da Amadora.

No dia 20 de Fevereiro a apresentação decorreu nas instalações da AURPID (Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Damaia), onde falaram Daniela Pascoal, do Núcleo da Amadora, Francisco Braga, ex-preso político e membro do Conselho Nacional, e o presidente da AURPID, José Flores.

O livro *O MJT e a Luta dos Jovens Trabalhadores – Fios de Memória* foi apresentado a 11 de Janeiro na Fortaleza de Peniche, numa sessão que contou igualmente com leitura de poemas e uma visita ao forte. Participaram, pela URAP, José Pedro Soares e Francisco Braga, e a museóloga do Museu Nacional da Resistência e da Liberdade Aida Rechenha. Em seguida, João Neves, do núcleo de Peniche, guiou uma visita na qual identificou lugares e episódios marcantes da resistência antifascista.

Já no dia 14 de Dezembro, o núcleo de Aveiro promovera uma sessão de apresentação do livro *A PIDE e os seus informadores: o caso de Inácio*, de Paulo Marques da Silva.

CINEMA NO HEROÍSMO

No âmbito do Heroísmo à Firmeza, Unidade de Informação e Interpretação do Património da Luta Antifascista no Porto, o núcleo da URAP tem exibido no antigo edifício da PIDE (Museu Militar) um ciclo de cinema de vários realizadores comprometidos com a democracia e a revolução de Abril.

A 18 de Janeiro foi projectado *Que farei com esta espada*, de João César Monteiro, um documentário de longa-metragem que se insere no movimento do cinema militante pós 1974. A 1 de Fevereiro, foi a vez do filme *Luz Obscura*, de Susana Sousa Dias, que questiona sobre que rede familiar se esconde por detrás de um único preso político. No dia 8 de Fevereiro passou *Cartas a uma ditadura*, de Inês de Medeiros e Sérgio Tréfaut, um filme-documentário que mergulha perturbadoramente no obscurantismo que dominou o Portugal fascista. A 15 de Fevereiro foi projectado o filme de Susana de Sousa Dias *48*, que parte de fotografias de cadastro de prisioneiros políticos para mostrar os mecanismos usados pelo regime para se auto-perpetuar.

URAP
Propriedade e edição da
**UNIÃO DE RESISTENTES
ANTIFASCISTAS
PORTUGUESES**
Membro da Federação
Internacional de Resistentes

DIRECTORA **ANA PATO**
PAGINAÇÃO E GRAFISMO **SÓNIA SEMIÃO**
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
AV. JOÃO PAULO II, LOTE 540-2D, LJ 2
1950-157 LISBOA • TELEFONE 213 576 083
DEPOSITO LEGAL: 357338/18

PETIÇÃO DA URAP JÁ ENTREGUE 11154 ASSINATURAS CONTRA O MUSEU SALAZAR



Almada



Barreiro



Barreiro



Santa Iria da Azoia



Amadora



Benfica, Lisboa



Peniche



Viseu



Entrega da petição na Assembleia da República

A URAP entregou na Assembleia da República, no dia 28 de Fevereiro, mais de 11154 assinaturas da sua Petição de Repúdio e Exigência de que se trave e abandone a anunciada criação do «Museu Salazar», com esse ou outro nome, em Santa Comba Dão.

Para o êxito da petição muito contribuiu a acção de 6 e 7 de Dezembro em todo o País, em que as equipas da URAP recolheram centenas de assinaturas, contactando e esclarecendo as populações. Particular dimensão tiveram as iniciativas realizadas em Almada, Amadora, Aveiro, Barreiro, Cruz de Pau, Mem Martins, Moita, Moscavide, Queluz, Santa Iria de Azóia, Laranjeiro e Seixal, com bancas

de rua, algumas com som, e faixas onde se podia ler 25 de Abril Sempre – Não ao «Museu Salazar».

Já a 13 de Novembro, o núcleo de Viseu-Santa Comba Dão da URAP organizara uma jornada semelhante. Durante a manhã foram recolhidas centenas de assinaturas e distribuídos exemplares de um documento explicativo das posições da URAP sobre a pretensão de materializar no Vimieiro um pólo de saudosismo fascista e de revivalismo do regime ilegal e opressor, derrubado pelo 25 de Abril de 1974.

Ao mesmo tempo, a imprensa relatou, sem que tenha sido desmentido, que a Câmara Municipal de Santa Comba Dão tem na sua posse duas estátuas do ditador

fascista Oliveira Salazar e que tenciona colocar uma delas numa praça da cidade.

À tarde, decorreu uma conferência de imprensa com a presença de dirigentes nacionais da URAP, que valorizaram o percurso de resistência no distrito de Viseu, quer durante os 48 anos de fascismo quer no momento presente, passando pelas sucessivas tentativas de criação de um Museu Salazar.

Ao fim da tarde, no Auditório Mirita Casimiro, foi apresentado o livro Forte de Peniche – Memória, Resistência e Luta, com António Regala, do Conselho Nacional, António Vilarigues, do núcleo de Viseu-Santa Comba Dão, e o publicista e membro da URAP Jorge Sarabando.

PLENÁRIO DO NÚCLEO DO PORTO

O núcleo do Porto da URAP realizou a primeira reunião plenária do corrente ano, dia 22 de Fevereiro, na Cooperativa Livreira dos Estudantes do Porto (UNICEP). Estiveram presentes a coordenadora Marília Villaverde Cabral e, da mesa da Assembleia-geral, Maria José Ribeiro e Celestina Leão. Foi feito um balanço da actividade do núcleo e aprovado o plano de acção para este ano.

URAP NO CONGRESSO DA CGTP-IN

A URAP esteve presente no 14.º Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, realizado no Seixal nos dias 13 e 14 de Fevereiro, com uma banca onde estiveram disponíveis diversos materiais e publicações.



VOZES DE PAZ EM SETÚBAL

Cerca de duas dezenas de personalidades e entidades diversas (municípios, escolas, colectividades e representantes religiosos) convergiram na defesa da paz unindo as suas vozes à iniciativa promovida dia 13 de Fevereiro pelo CPPC e pela Câmara Municipal de Setúbal. Em nome da URAP interveio Anabela Carlos, do Conselho Nacional.

A reunião teve lugar no salão nobre do edifício dos paços do concelho e enquadrava-se na preparação do Encontro pela Paz 2020 - que ocorrerá em Setúbal a 30 de Maio, no Fórum Luísa Todi.



*«Podem rasgar meu corpo
para viver de alma o»*

ANTÓNIO PERCURSO

Foi de «rosto erguido», como sempre viveram, que duraram Marques e Carlos Machado dos Santos. Figuras da resistência com as suas famílias e amigos.

António Gervásio



Resistente antifascista e obreiro da Reforma Agrária no Alentejo, ex-deputado e antigo dirigente do Partido Comunista Português, um dos presos políticos mais torturados durante a ditadura, António Gervásio morreu dia 10 de Janeiro, aos 92 anos.

Natural de Montemor-o-Novo, onde nasceu a 25 de Fevereiro de 1927 numa família pobre de operários agrícolas, aderiu ao PCP em 1945, com 18 anos. No Verão de 1952, passou à clandestinidade. Foi membro do Comité Central de 1963 a 2004 e da Direcção da Organização Regional de Évora até 2006.

Operário agrícola, foi preso pela primeira vez em 1947, altura em que foi condenado a dois meses de prisão. De novo preso em 1960, evadiu-se de Caxias em 1961 no carro blindado de Salazar e passou à clandestinidade, voltando a ser preso dez anos depois. Nas duas últimas prisões foi brutalmente torturado, espancado com paus e impedido de dormir durante 18 dias e 18 noites. Foi libertado da cadeia de Peniche na noite de 26 de Abril de 1974.

Deputado à Assembleia Constituinte pelo distrito de Portalegre e à Assembleia da República em 1979 pelo distrito de Évora, foi um dos grandes obreiros da Reforma Agrária e da luta pela sua defesa.

...o à chicotada/podem calar meu grito enrouquecido/que
ajoelhada/vale bem mais morrer de rosto erguido.»

ANTIFASCISTAS FALECIDOS OS QUE A MORTE NÃO APAGA

...ante o primeiro trimestre de 2020 morreram os antifascistas António Gervásio, Henrique Espírito Santo, Manuel Sá-
...stência ao fascismo e construtores do Portugal de Abril, a URAP presta homenagem às suas vidas e obras e solidariza-

Manuel Sá-Marques



Um dos grandes vultos da medicina, cidadão e resistente antifascista, fundador da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, pioneiro na defesa das Carreiras Médicas e defensor do Serviço Nacional de Saúde, Manuel Sá-Marques morreu no dia 4 de Fevereiro. Tinha 96 anos.

Foi o primeiro presidente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul (SMZS), entre 1980 e 1982, seu sócio n.º 1, e empenhou-se nas batalhas da Ordem dos Médicos e em todas as outras grandes lutas profissionais que marcaram a segunda metade do século XX até à actualidade. Pertenceu ao MUNAF e ao MUD, participou nas campanhas presidenciais de Norton de Matos, Ruy Luís Gomes e Humberto Delgado e em muitos outros combates contra a ditadura, pela libertação dos presos políticos, pela cultura.

Médico durante mais de 70 anos, trabalhou nos Hospitais Civis de Lisboa, e especializou-se no tratamento da diabetes.

Henrique Espírito Santo

O produtor e cineclubista Henrique Espírito Santo, antifascista e sócio da URAP, um dos protagonistas da renovação do cinema português dos anos 60 e 70, morreu dia 19 de Janeiro, aos 87 anos. Nascido em Queluz, em



1931, foi, segundo a Cinemateca, «cineclubista de formação, antifascista militante por convicção, director de produção e produtor de profissão, foi igualmente formador de toda uma geração de profissionais de cinema na área da produção».

Foi igualmente crítico de cinema, professor na Escola de Cinema do Conservatório Nacional, director de produção do Centro Português de Cinema, formador e actor, participou, com José Fonseca e Costa, no movimento cineclubista, tendo ambos feito parte da mesma direcção do Cine-Clube Imagem, e sido presos pela PIDE, acusados de «actividades subversivas». Conduzidos ao Aljube, em trânsito para Caxias, onde Henrique Espírito Santo estaria um ano e meio.

Carlos Machado dos Santos

O Capitão de Mar-e-Guerra Carlos Machado dos Santos, militar de Abril que dirigiu a operação de libertação dos presos políticos do Forte de Peniche em 26 de Abril de 1974, morreu dia 9 de Fevereiro em Lisboa.

Nascido em Lisboa, em 1943, Machado dos Santos foi incorporado na Marinha, em 1960, e reformado, com o posto de Capitão de Mar-e-Guerra, CMG, em 1993. Era Engenheiro Hidrográfico.

Homem de elevada inteligência, era um grande democrata e associativista, tendo sido dirigente em vários mandatos da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), da Associação de Iniciativas Populares para a Infância do Concelho de Almada (AIPICA) e fez parte da Assembleia Municipal de Almada, eleito pela CDU.

Em artigo publicado em 2017, Machado dos Santos relatou episódios da libertação dos presos de Peniche, destacando que o Movimento dos Capitães tinha como prioridade «acabar com a guerra colonial, mas também derrubar o estado fascista, com a libertação incondicional dos presos políticos e a extinção da polícia política». A operação de libertação dos presos durou das 22h00 às 24h00 do dia 26 de Abril.



EMOTIVA SESSÃO NO LICEU CNSPP COMEMOROU



Os 50 anos da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (CNSPP) foram comemorados com muita emoção dia 15 de Fevereiro, no Auditório do Liceu Camões, em Lisboa, com uma grande festa e as palavras de Eulália Miranda e Levy Baptista.

Numa sala a transbordar, a sessão iniciou-se com o Hino de Caxias, o Coro Juvenil da Universidade de Lisboa, sob a direcção de Erica Mandillo, um vídeo do primeiro concerto da CNSPP, a 25 de Maio de 1974, com o discurso do advogado Manuel João da Palma Carlos, e a leitura de excertos de Cartas da Prisão, do preso político José Magro.

Eulália Miranda, que falou como filha do preso político Dinis Miranda, afirmou na sua comovente intervenção que «passados estes anos, ainda permanece na nossa memória o som do ferrolho a abrir e a fechar

as portas da prisão, quando visitávamos os nossos familiares, o olhar, a voz rígida, a agressividade e a frieza dos guardas prisionais».

«A solidariedade da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos teve várias iniciativas. Permitam-me destacar as colónias de férias para os filhos dos presos, realizadas em Vila Franca de Xira, nas Caldas da Rainha e no Baleal, em 1973, que tiveram um significado importante na vida destas crianças. Tiveram oportunidade de passar férias na praia – de manhã iam à praia e à tarde iam à prisão visitar os pais. Foi uma forma de se conhecerem e conviverem, sabiam que não estavam sós, que existiam mais crianças na mesma situação que elas», disse Eulália Miranda.

Os dois discursos da sessão foram intercalados com música, poesia e

declamação. Marina Albuquerque disse a Cantata de Paz de Sophia de Mello Breyner; Maria Anadon e Filipa Pais cantaram Zeca Afonso e, em conjunto, a canção símbolo da resistência Bella Ciao.

Levy Baptista, membro da CNSPP, fez uma resenha histórica da vida da Comissão, que iniciou os seus trabalhos a 31 de Dezembro de 1969, comunicando à Presidência do Conselho de Ministros a sua constituição com dezenas de antifascistas. «A actividade cívica, humanitária e política da Comissão Nacional de Socorro aos presos políticos foi reconhecida pela Assembleia da República, com a atribuição do Prémio Direitos Humanos 2010 a dois dos seus membros – Frei Bento Domingos e Dr. Levy Baptista – em sua representação, e com a reedição de 23 circulares informativas publicadas entre 1970 e 1974», relatou o orador.

CEU CAMÕES, EM LISBOA 50 ANOS EM FESTA

Luís Veiga Leitão, David Mourão Ferreira, Zeca Afonso, sempre e mais, Jorge de Sena, Ary dos Santos e José Mário Branco foram cantados por Samuel. Lucinda Loureiro, Luísa Ortigoso e Marina Albuquerque actuaram igualmente. Depois do bailado de Maribel Márquez e Nary Santos, foi a vez de duas mornas cabo-verdianas na voz de Carla Correia, seguindo-se um poema de António Jacinto, ex-presos do Tarrafal, e o poema Aos Mortos-Vivos do Tarrafal, de Ary dos Santos.

Eulália Miranda, após saudar os que «lutaram pelas suas convicções políticas, pela liberdade e democracia sofrendo a violência da prisão e das torturas», sublinhou que «o regime fascista causou muito sofrimento aos portugueses. Muitas crianças, como eu então, crescemos a ver os familiares presos, anos e anos, em Caxias, em Peniche, no Aljube, no Porto e em Paços de Ferreira (...) sem perceber porque estávamos proibidos de ter o seu carinho».

O grupo Música com Paredes de Vidro, com Alexandre Weffort, Carlos Canhoto, Fausto Neves, Hugo Brito e Manuel Rocha, encerraram a bela festa da comemoração dos 50 anos de nascimento da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos.



A CNSPP teve uma grande importância porque permitiu uma ampla informação sobre a violência da repressão do fascismo. E isso foi possível quer pela sua actuação legal quer pela sua muito ampla composição, com gente proveniente de vários sectores profissionais, regiões, ideologias e credos religiosos.

Por outro lado, o facto de se ter constituído num período de crise do regime, a informação que disponibilizou através das suas circulares contribuiu para o isolamento interno do fascismo e também no plano internacional.

A par do extraordinário papel de informação que teve, em que as Comissões Regionais que se criaram se empenharam, o que foi possível pela estreita ligação às famílias dos presos políticos, não foi menos importante para muitas famílias o apoio financeiro.

O acontecimento mais importante em que participei foi o da formalização oficial junto da Presidência do Conselho de Ministros, no dia 31 de Dezembro de 1969, integrando a delegação da Comissão com o Prof. Lindley Cintra e o dr. Abranches Ferrão.

Manuela Bernardino

Antes da CNSPP já existiam movimentos e grupos de diversas configurações com a mesma finalidade geral. Sem ignorar e sem dispensar a actuação de qualquer das iniciativas existentes, aconteceu algo de inédito e exemplar. Esta comissão era constituída por pessoas de várias orientações ideológicas, políticas, culturais e religiosas com o objectivo de socorrer os presos políticos e suas famílias sem aceção de pessoas. Todos os presos políticos eram socorridos da mesma maneira pelas diversas intervenções da comissão. À comissão só lhe interessava a condição de preso político sem mais considerações.

Era a própria existência de presos políticos que constituía um atentado contra os direitos humanos. Era essa a primeira tortura que permitia todas as outras requintadas loucuras e arbitrariedades, destinadas a quebrar todas as resistências físicas e psicológicas do preso, que tinha cometido o crime de lutar contra a ditadura. É, aliás, essa situação que mostra a diferença entre democracias e ditaduras.

A participação activa e ininterrupta nesta Comissão foi uma experiência inesquecível.

Frei Bento Domingues, O.P.

A CNSPP propôs-se – e, na medida das suas forças, conseguiu – combater, a nível nacional e internacional, o desconhecimento de uma realidade escondida pela censura e pelo medo, furando a opacidade de um país em que até o flagelo do dia-a-dia da guerra colonial era oficialmente banido do conhecimento público. A Comissão sempre considerou cada preso político, sem distinção, uma vítima da estupidez e da violência do fascismo. Com o seu empenho quis mostrar aos presos políticos, seus familiares e amigos que não estavam sós nem esquecidos, dando-lhes o apoio moral e material possível, sendo de sublinhar as significativas contribuições de fundos recolhidas nas comunidades de portugueses expatriados, pelo exílio político, pela recusa da guerra colonial ou pela emigração por razões económicas.

Valeu a pena? “A minha primeira boneca, deu-ma a Comissão de Socorro aos Presos Políticos” – recordava há tempo a filha de um ex-presos no Forte de Peniche. Só por essa memória...

Levy Baptista

FASCISMO

Estádio conjuntural da evolução do capitalismo e do imperialismo europeus, superado pela derrota militar do nazismo em 1945, ou proposta permanente de práxis política dos setores mais violentos da classe dominante da sociedade capitalista? Desvio incharacterístico na leitura burguesa do mundo contemporâneo, típico de uma era depressiva, ou categoria válida de interpretação da realidade política, social e cultural, aplicável a contextos muito distintos do europeu e a conjunturas posteriores a 1945, à resistência imperialista à descolonização formal, à relativa desindustrialização do Norte do fim de Novecentos, ao fim dos modelos reacionários autoritários clássicos na Europa e nas Américas?

Discutir a atualidade e a operatividade histórica do conceito de fascismo é necessariamente dificultado pelo facto evidente de este ser tornado maldito pela memória do Holocausto e pela sua própria representatividade no conjunto das estratégias políticas das direitas, reconhecendo-se ao fascismo, portanto, uma entidade própria e, sobretudo, ainda hoje vigente como categoria do real.

Não conseguir ler a realidade com que nos deparamos é a forma mais evidente de não ser sujeito da nossa própria vida, da nossa própria história. Saber onde e quando há fascismo é tão importante hoje como o foi no passado. A proposta de leitura do fenómeno que aqui faço bebe a

sua vitalidade teórica fundamentalmente na perspectiva de construção do conceito de fascismo genérico, que teve em Enzo Collotti o seu pensador mais sólido. Para a geração de movimentos e regimes autoritários e simultaneamente reacionários do período de entre-guerras mundiais, pelo menos, Collotti sustenta ser possível perceber a «existência de uma ideia-guia, e de tendências de evolução das ideias e instituições políticas, que [podem] assimilar-se no conceito de fascismo, entendido como força de rutura capaz de modificar equilíbrios políticos e sociais, e capaz também de mobilizar estados e potências para a desestabilização da ordem existente, na sua ambição de propor e impor uma nova ordem à Europa»¹. Na definição do

¹ COLLOTTI, Enzo (1992), *Fascismo, Fascismos*, trad.port., Lisboa: Editorial Caminho. [Ed. ori.: *Fascismo, Fascismi* (1989), Florença: R.C.S. Sansoni Editore.], p. 217



mais representativo historiador que trabalha nestes termos em Portugal, Fernando Rosas, trata-se de «uma realidade «fundamental da história europeia dos primeiros 30 ou 40 anos deste século [XX]: a do surgimento de um movimento reacional geral de tipo novo, nascido da crise do sistema liberal, particularmente afirmado e clarificado no período de entre as duas guerras, o qual, sem prejuízo de diferentes formalizações e expressões nacionais, atravessa e unifica historicamente o conjunto das sociedades capitalistas europeias desse período» (Rosas, 1989: 22).

Antes de mais, o fascismo progride em conjunturas de crise da economia capitalista e da cultura social e política que lhe está associada. Ele esconde-se por detrás de reações ultraconservadoras à sociedade de massas, incorporando, contudo, um discurso modernizador e metodologias de mobilização social e política adaptadas às características próprias da massificação, o que se tornou, logo nos anos 1920, uma das mais seguras garantias do seu sucesso. Os fenómenos de concentração capitalista, como aqueles que correspondem à atual fase de desenvolvimento capitalista, com a consequente ameaça de proletarização das classes médias, produzem habitualmente formas de discurso anticapitalista reacionário, que diz pretender o regresso a formas corporativas protegidas, de organização da economia e da sociedade, de atividade económica, aparentando recusar por igual concentração e coletivização, ainda que, socioeconomicamente, a História tenha amplamente demonstrado que a primeira foi uma das mais evidentes consequências da prática política do fascismo. Nos processos de conquista de poder em que o fascismo se envolveu, os seus arautos sustentaram retóricas em torno do que, nos anos 1930, pelo menos, se chamava o socialismo nacional, escorado, nos países de maioria católica, pela teorização vaticana do corporativismo.

Chegado ao Poder, conquistada a hegemonia no plano do Estado, os fascismos submetem as classes populares, e muito particularmente os assalariados, em evidente colaboração de classe com um patronato industrial e agrário que vivera o período 1917-23 sob verdadeiro pânico. A prática política destes regimes foi a da intervenção regulamentadora e hiperburocrática das atividades económicas mas assegurando sempre o consenso com os grandes interesses patronais.

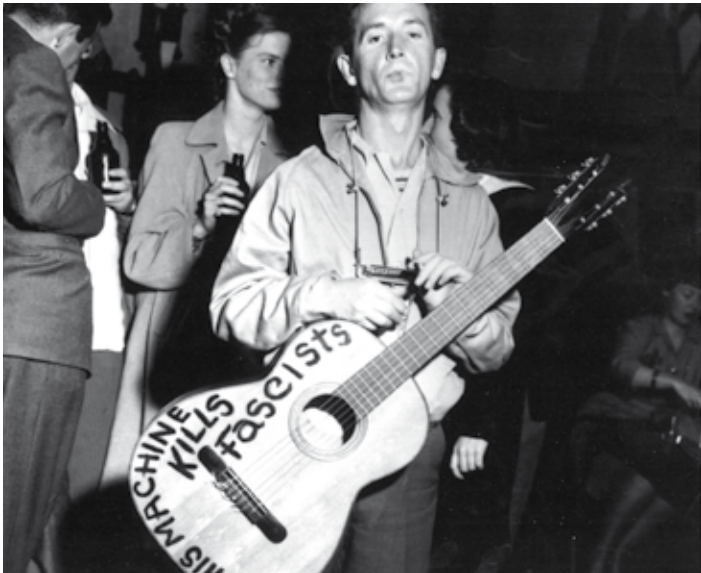
Particularmente popular entre os setores social e economicamente menos seguros da burguesia, essas novas e frágeis classes médias que o avanço da escolarização, da urbanização e da terciarização propiciou a partir da I Guerra Mundial, o fascismo emergiu nos anos que se seguiram ao triunfo da Revolução de Outubro como forma brutal de reação ao avanço do movimento operário, reforçado este pelo empenho (e consequente desilusão profunda) das massas no esforço de guerra e pelo triunfo e resistência da revolução soviética. O pânico antirrevolucionário que viveu a classe dominante e que se estendeu às classes médias foi certamente terreno lavrado para a sementeira fascista, mas é necessário termos bem presente que a grande maioria das experiências fascistas e fascizadas tiveram êxito em momentos de refluxo, e não de avanço, do movimento operário: desde a Itália do fim de 1922 à Alemanha de 1933, passando pelas ditaduras reacionárias que se implantam por toda a Europa meridional e do Sul durante o período, os fascismos instalaram-se no poder de forma mais preventiva face à possibilidade de reemergência da capacidade revolucionária do movimento operário, num momento em que esta se perdera ou estava em vias de se perder. Efetivamente, nem o triunfo de Mussolini ocorre nos anos (1919-20) de mais intensa mobilização revolucionária em Itália, nem Hitler é chamado ao poder pela burguesia mais reacionária em 1919 ou em 1923, quando o movimento espartaquista/comunista alemão conseguiu reunir o maior

consenso na classe operária alemã em torno de uma alternativa revolucionária; e muito menos as ditaduras antirrevolucionárias se instalam no poder em Portugal, em 1926, ou na Áustria em 1934, confrontando movimentos revolucionários no clímax da sua capacidade sociopolítica, ainda que, pelo contrário, essa situação possa configurar os casos do levantamento militar franquista na Espanha de 1936.

O fascismo não foi meramente um estágio conjuntural da evolução do capitalismo e do imperialismo europeus, porque não só esteve e está presente fora da Europa e não foi completamente superado pela derrota militar do nazismo em 1945. Pelo contrário, ele emerge como proposta permanente de práxis política dos setores mais violentos da classe dominante da sociedade capitalista. Como leitura burguesa do mundo contemporâneo, típico de uma era depressiva, ele não foi um desvio incaracterístico, mas, pelo contrário, ele deve, a meu ver, ser lido como categoria válida de interpretação da realidade política, social e cultural, aplicável, insisto, a contextos muito distintos do europeu e a conjunturas muito posteriores a 1945, como pode vir a ser presente, caracterizada pela relativa desindustrialização do norte do planeta, acompanhada por formas muito acentuadas de desmantelamento da democracia política e social onde ela parecia consolidada, por modelos muito evidentes de reforço do poder pseudo-carismático de chefes políticos endeusados por novas técnicas de manipulação e controlo simbólico, por práticas muito eficazes de atomização das formas de representação da opinião e da organização dos interesses sociais. O fascismo é, em suma, uma das componentes mais perigosas do neo-totalitarismo capitalista que avança sobre o planeta neste novo século.

Manuel Loff, Historiador

AS CANÇÕES DA LUTA E DO FUTURO



O músico norte-americano Woody Guthrie percorreu os EUA cantando as desigualdades, as injustiças



Os Massive Attack, numa digressão recente, solidarizaram-se com o povo palestino

Mesmo quando surge na guerra, a partitura progressista e o canto passado de voz em voz são sempre Manifesto pela Paz. Como naquela Sinfonia n.º 7, *Leninegrado*, de Chostakovitch, apresentada em 9 de Agosto de 1942, um dos 900 dias do cerco nazi à cidade do Báltico (pelos músicos da Orquestra da Rádio de Leninegrado a que se juntaram músicos militares). Como no *Quarteto Para o Fim dos Tempos*, composto por Olivier Messian, prisioneiro do Campo de Concentração nazi de Görlitz. Como em cada uma das *Canções Heróicas* de Fernando Lopes-Graça, cantadas primeiro pelo Coro da Academia de Amadores de Música e, logo a seguir, pelas muitas vozes que, também cantando, lutavam pela democracia.

Há quem diga que a Arte, por si só, é incapaz de mudar o mundo. Não é, porém, dos objetos – sejam pintura, poema, escultura, melodia – a qualidade de serem exteriores à intenção de quem os produz e à compreensão de quem os percebe. Na verdade, não se pode ser contorno à revelia de quem o talhe e de quem o olhe; nem se é melodia sem haver quem a invente e quem a escute; e verso não se pode ser independentemente de quem o escreva e de quem o compreenda. Seja como for, quase todos os humanos revelam

idênticas compreensões perante o bem e o mal. Por isso é que a *Guernica* de Picasso é horror mesmo para quem não viveu o bombardeamento da cidade basca; por isso é que o *Chant des Partisans*, de Anna Marly, é mobilizador, mesmo para quem nunca tenha ouvido falar da resistência popular ao fascismo. A Arte é capaz de mudar o mundo, sim, por ser uma criação humana e ser, por essa razão, instrumento da História, presença permanente nas lutas todas pela emancipação – desde a cela da prisão à frente de batalha.

Cultura é Resistência mas é, necessariamente, muito mais. Cultura é construção além dos muros, ou seria assunto de trincheira. É por ser matéria do Futuro que muito do canto de luta (não só de resistência) que vem acompanhando a História se reinventa esteticamente, não abdicando da convicção de que a Arte não é o lugar da repetição, nem encontra eficácia na simplificação menorizante. O alto valor poético e musical do canto de luta recusa ser camuflagem – é antes substância, capaz de se projetar no tempo.

Numa época em que a música “moderna” de natureza comercial ocupa a maior fatia do espaço mediático (para ser

engolida pelo esquecimento poucos dias depois de abandonar os top’s), também ela elemento da batalha ideológica que se vem travando, o canto de luta permanece atual no propósito e na proposta artística. Ainda há poucos dias, nas ruas de Santiago do Chile, *El Derecho de Vivir* soava brilhante, tão urgente como no dia em que Víctor Jara a cantou pela primeira vez, há já quase 50 anos. Este é um canto tão essencial como o de Woody Guthrie, que cantava a América dos “ninguéns”. Cantando *This Land Is My Land*, *This Land Is Our Land* resumia em pacíficas palavras o maior dos desafios aos cultores do capitalismo: o da intenção da posse colectiva do território, poderosa metáfora da pátria. As metáforas, porém, tinham para Woody os seus limites. Para que não restassem dúvidas sobre a intenção do seu canto, teve o cuidado de escrever no tampo da sua guitarra: “This Machine Kills Fascists”. Outros viriam mais adiante mobilizar, cantando, os milhares que desencadearam, dentro dos EUA, lutas contra actos de agressão como a guerra do Vietname, convertidos em derrotas. Talvez tenha estado, no coro dos que cantaram *We Shall Overcome*, acompanhando Joan Baez ou Pete Seeger, algum neto dos soldados internacionalistas do Abraham Lincoln

TA, DA RESISTÊNCIA UTURO



A intensa luta social no Chile trava-se ao som de Victor Jara, que o fascismo assassinou em 1973



José Afonso esculpido por Vhils no Seixal

Battalion, que combateu pela República em Espanha e deixou-nos, para além do exemplo, canções como *Jarama Valey*, que o mesmo Guthrie e também Pete Seeger não deixaram esquecer.

Quiséssemos fazê-lo e seria possível, com apenas canções, escrever a História das lutas emancipadoras dos últimos 100 anos. Canções emergindo para serem garantia de humanidade nas lutas às vezes muito violentas. Como no caso *Katyusha*, nome de mulher, canção do Exército Vermelho e peça de artilharia. Sendo tudo isto, *Katyusha* é o trajeto de uma carta entre a Frente e a retaguarda, uma melodia viva empenhada em vencer a amargura da guerra. Ou ainda *El Pozo Maria Luiza*, canção popular galega convertida em hino dos mineiros das Astúrias e do Alentejo português, conservando a natureza de classe mas acrescentada da respetiva consciência.

Situada no quintal das traseiras dos EUA, os poetas, compositores e cantores da América Latina ofereceram à Humanidade algumas das mais belas canções de luta. Desengane-se, contudo, quem considere que a canção lutadora é apenas a que emprega palavras do léxico notoriamente combatente.

Às vezes sim, outras vezes não. *Duermete Niño*, por exemplo, é uma canção de embalar, sendo essa a razão essencial da sua presença no cancioneiro progressista mundial. Atahualpa Yupanqui, que a divulgou, dela disse que, “como todas as canções de embalar, calca a terra ao mesmo tempo que é um pouco metafísica” – uma mulher embala um “negrito”, prometendo-lhe as iguarias que toda uma vida de trabalho nos cafezais não será capaz de pagar. Não há mais profundo manifesto progressista do que o da denúncia das injustiças da sociedade de classes. Porque não há guerra mais feroz e total do que a da exploração do homem pelo homem.

Também em *Pedra Filosofal*, de António Gedeão e Manuel Freire, a elegante violência das palavras está na acusação de que “Eles não sabem nem sonham / Que o sonho comanda a vida”, para logo se afirmar que “Sempre que o homem sonha / O mundo pula e avança / Como bola colorida / Entre as mãos duma criança”, numa afirmação de confiança no valor mobilizador da utopia que quer ser programa (sonho) a concretizar. “Léxico notoriamente combatente” foi o que usou Chico Buarque na canção *Apesar de Você*, escrita durante a ditadura militar de

Emílio Médici: “Quando chegar o momento / Esse meu sofrimento / Vou cobrar com juro, juro / Todo esse amor reprimido / Esse grito contido / Este samba no escuro / Você que inventou a tristeza / Ora, tenha a fineza / De desinventar / Você vai pagar e é dobrado / Cada lágrima rolada / Nesse meu penar”. Tanta claridade não foi, contudo, evidente para a censura fascista brasileira, que só mais tarde viria a proibir aquilo que lhe pareceu ser o relato de um arrufo de namorados...

O eufemisticamente denominado Estado Novo português não se poupou ao uso de todos os ingredientes que considerou necessários à construção de um perfil marcadamente fascista. A repressão total contou, contudo, com uma resistência tão generalizada e de tanta qualidade, que poderemos afirmar que o Portugal cultural que, hoje, resiste a ser digerido pelos impérios que se perfilam, é ainda o herdeiro dos valores anti-fascistas. Por isso é que as canções que se apresentam para acompanhar as novas lutas são as que, vindas de longe, venceram o filtro do tempo e permanecem atuais - (infelizmente) nas palavras e (felizmente) na música. Cantemo-las, pois!

*Manuel Pires da Rocha,
Músico e Professor*

MAUSOLÉU DOS TARRAFALISTAS URAP REALIZOU ROMAGEM ANUAL

«Estamos a cumprir uma tradição, mas é necessário acrescentar que se trata de uma boa tradição porque é uma tradição que é filha de um dever de memória, de um dever de consciência, de um dever de gratidão por todos aqueles que, assassinados no Tarrafal ou lá tendo sofrido o que hoje custa a imaginar, inscreveram a letras de sangue e sacrifício na nossa história colectiva os valores perenes da coerência, da coragem e da firmeza de convicções democráticas.» A afirmação é de Vítor Dias, membro do Conselho Nacional e ex-prespo político, e foi proferida no passado dia 29, junto ao Mausoléu dos Tarrafalistas, no cemitério do Alto de S. João, em Lisboa, na romagem anual promovida pela URAP.

A cerimónia foi presidida por Francisco Canelas, também do Conselho Directivo, e entre as dezenas de participantes encontravam-se delegações da Juventude Comunista Portuguesa e das associações de estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e da Faculdade de Letras.

Depois de sublinhar o «profundo significado de há dias ter sido anunciado em Cabo Verde o projecto de transformação do Tarrafal num verdadeiro museu da Resistência», com o apoio do governo português, Vítor Dias classificou o Campo de Concentração do Tarrafal como um local «concebido, criado e dirigido para ser um campo de extermínio físico e humilhação». Provando-se, assim, que ao contrário do que alguns proclamam a ditadura fascista não foi nem branda nem suave.

O orador alertou para os tempos presentes, «carregados de perigos de avanço de ideias reaccionárias, racistas, xenófobas e populistas», para os quais não deve haver «nenhuma tolerância». Apelou ainda para o «compromisso de vida com os ideais da liberdade, da democracia, da paz e do progresso social».

Na cerimónia, o momento musical foi preenchido com Carla Correia, que cantou três mornas cabo-verdianas, acompanhada à guitarra por Heloísa Monteiro, tendo sido

intercaladas com poesia dita por Regina Correia. Actuaram ainda membros do Coro Lopes Graça. A romagem terminou com os presentes a entoarem Grândola Vila Morena e o Hino Nacional.



MANIFESTAÇÃO NACIONAL DE MULHERES



A URAP participou, a 8 de Março, na Manifestação Nacional de Mulheres promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM), que reuniu milhares de pessoas em Lisboa. Em destaque esteve a luta pela igualdade na vida e contra a violência e as discriminações

COMEMORAÇÕES POPULARES DO 25 DE ABRIL

A URAP festeja todos os anos a revolução do 25 de Abril de 1974, integrando as manifestações que ocorrem em vários pontos do país: em Lisboa na Avenida da Liberdade (concentração às 14h30 junto ao edifício do Diário de Notícias) e no Porto na Avenida dos Aliados (às 14h00 na Rua do Heroísmo).

Para a URAP, as comemorações da Revolução têm sempre como ponto alto as sessões em escolas e colectividades, com dirigentes da URAP, ex-prespos políticos ou outros antifascistas e democratas. Os contactos devem ser endereçados para urap@geral.pt ou através do telefone 213 576 083.



WWW.URAP.PT

www.facebook.com/uniaoderesistentesantifascistasportugueses